

RESENHA

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011. 175 pp..

João Vitor Ramos da Silva

“Não estarão os povos andinos, amazônicos, indígenas, negros, brancos, homens e mulheres trabalhadores dos campos e das cidades, operários e operárias, a proclamarem que a América Latina não está mais disposta a suportar a barbárie, a subserviência, a iniquidade [...]. Não estaremos começando a tecer, redesenhar e mesmo presenciar as novas vias abertas na América Latina?” (p. 14).

Com esse chamado, como que *começando pelo fim*, Ricardo Antunes, um dos mais importantes estudiosos do mundo do trabalho no Brasil e no mundo, inicia seu mais recente livro, publicado na coleção *Mundo do Trabalho* pela Editora Boitempo em 2011, com uma instigante proposta: se debruçar sobre *O Continente do Labor* e identificar o quadro atual, desde uma perspectiva histórica, do(s) mundo(s) do trabalho que lhe dão substância. O faz demarcando as formas de dominação/subordinação pelas quais o capital se efetiva na América Latina, mas, sobretudo, enfatizando as principais experiências de organização e de luta por parte dos trabalhadores e trabalhadoras latinoamerican@s contra tal histórico de espoliação.

Inicialmente, após apontar o caráter fundante do trabalho na constituição da América Latina, o autor diferencia o processo de constituição da classe trabalhadora latino-americana da dos demais países de capitalismo central. Segundo ele, “tais países vivenciaram uma transição que levou séculos, um longo processo que principiou com o artesanato, avançou para a manufatura e, posteriormente, para a grande indústria”; enquanto que na América Latina “esse trânsito foi muito mais rápido, pois em vários países saltou-se quase que diretamente do trabalho rural, da escravidão africana ou indígena, para novas formas de trabalho assalariado industrial” (p. 19), o que repercutiu diretamente na particularidade da morfologia da classe trabalhadora latino-americana.

Antunes pontua também o período do *trabalhismo*, que veio a conduzir o cenário político de alguns países da América Latina, como Argentina (Perón), Brasil (Vargas) e México (Cárdenas). O autor ressalta que se tratou de um período de conquistas efetivas da classe trabalhadora, do ponto de vista da legislação trabalhista, que, todavia, acabaram sendo apropriadas por esses *líderes trabalhistas*, no plano

discursivo/ideológico, como uma benevolente concessão aos trabalhadores. Basta recordar a alcunha de Getúlio Vargas de *pai dos pobres*.

A emergência do projeto de classe da burguesia latino-americana e estrangeira é lembrada pelo autor ao tratar dos inúmeros golpes militares que sacudiram o continente em meados do século XX, especialmente em sua segunda metade (culminando posteriormente na *desertificação neoliberal*); duas exceções se fizeram valer: Bolívia e Cuba. Ao mesmo tempo, no âmbito produtivo, a *reestruturação produtiva* do capital se efetivou na América Latina, com a implementação de experiências de trabalho flexibilizado nos espaços produtivos e a incorporação de tecnologia, redundando na expulsão de contingentes expressivos de trabalhadores da produção.

Dessa forma, Ricardo Antunes identifica uma particularidade presente no *Continente do Labor*, marcada por uma “superexploração da força de trabalho e dos reduzidos níveis salariais, articulados, em alguns ramos produtivos, a um razoável padrão tecnológico”, garantindo a “extração da mais-valia relativa em combinação com a mais-valia absoluta” (p. 39).

Ao apresentar as principais características históricas da era da *desertificação neoliberal* nos países latino-americanos, bem como suas consequências devastadoras para as formas de organização dos trabalhadores (em especial os sindicatos), Antunes faz menção a uma experiência positiva de organização das forças sociais do trabalho contra as forças dominantes do capital: o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. Destaca que “o MST, em verdade, tornou-se o principal catalisador e impulsionador das lutas sociais recentes e, pelos laços fortes que mantém com setores sociais urbanos, tem possibilitado a retomada das ações sociais de massa no Brasil”. Atribui ainda seu peso e importância ao fato de que o Movimento “[...] tem como centro de atuação a organização de base dos trabalhadores por meio de ocupações, acampamentos e assentamentos, sem subordinar-se à ação institucional ou parlamentar” (p. 43).

Aqui pontuaríamos duas questões importantes e polêmicas no seio da esquerda. Primeiramente, *para o marxismo clássico/ortodoxo*, considerar um movimento camponês um dos principais sujeitos sociais com potencialidade emancipadora não representa uma atitude louvável, uma vez que a centralidade ontológica do capital habita na extração de trabalho não pago (mais-valia) e sua consequente realização manifesta no lucro, garantindo o movimento ininterrupto de

acumulação; tal movimento de afirmação do capital teria como protagonista, do lado do trabalho, o *operariado*, ou o trabalhador do *chão de fábrica*, pois é quem cria diretamente mais-valia. A outra questão ancora-se na superação do *partido político* como instrumento de luta do trabalho, buscando uma alternativa *extraparlamentar*, conforme advogada por István Mészáros (2011), uma vez que se trata de uma instância organizativa tradicional da classe trabalhadora, com forte presença na história das lutas sociais pelo mundo, inclusive na América Latina.

Isso demarca um avanço teórico-analítico por parte do autor em relação às teorias pretéritas, recuperando-as no sentido de sua formulação essencial, porém atualizando-as ao lê-las sob o prisma do(s) mundo(s) do trabalho no século XXI, focando as particularidades de *Nuestra América* e dando atenção à *nova morfologia do trabalho* contemporânea que contempla *terceirização*, *feminização*, *desregulamentação*, *terciarização* (aumento do trabalho no setor terciário ou de serviços), *desemprego estrutural*, *trabalho infantil*, *trabalho domiciliar*. Segundo Antunes, entender a classe trabalhadora hoje é considerar “a totalidade da classe trabalhadora, do enorme contingente de homens e mulheres que hoje vive da venda de sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos”, enfim, a “totalidade do trabalho social” (p. 49).

Vale mencionar que a totalidade do trabalho social para Ricardo Antunes, já apontada em trabalhos anteriores (ANTUNES, 2009 [1999]), compreende os seres que *vendem sua força de trabalho*, não apenas o *operariado*, portanto, como também o *proletariado* de forma mais abrangente. Aqui se pode identificar um avanço conceitual por parte do autor no que diz respeito ao alargamento necessário da classe trabalhadora, que dê conta de comportar outras formas de expressão do trabalho que não apenas os sujeitos que *produzem valor*. Arriscaríamos a pontuar, apenas, que a classe trabalhadora, hoje, *requer* a ampliação de seu leque constitutivo para sujeitos sociais que extrapolam os limites da venda da força de trabalho, conforme demonstram outros trabalhos (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Obviamente, isso não apaga o mérito de Ricardo Antunes em seu livro, ao reconhecer a importância dos trabalhadores e dos movimentos sociais que, apesar de não se situarem diretamente na esfera do conflito capital X trabalho, acumulam uma trajetória histórica de envolvimento nas lutas emancipatórias, principalmente se tratando da América Latina. Dessa forma, cita os exemplos dos indígenas e camponeses como protagonistas das lutas contra o neoliberalismo no México (Exército Zapatista de

Liberación Nacional – EZLN), no Equador (Aliança Pátria Ativa e Soberana), na Bolívia (Movimiento al Socialismo – MAS), no Brasil (MST).

Recupera também o legado do pensamento marxista latino-americano, destacando as figuras de *José Carlos Mariátegui*, no Peru, um dos mais expressivos pensadores e militantes latino-americanos da história, dedicado à questão indígena; e *Florestan Fernandes*, no Brasil, este principalmente no tocante às suas análises sobre o caráter das revoluções no país, identificando um dilema para a América Latina: “ou realizar a revolução de dentro da ordem, a reforma capitalista do capitalismo”, ou “a revolução contra a ordem, que já contém em sua própria origem um caráter socialista, de que foi exemplo a Revolução Cubana” (p. 64).

Ricardo pinça várias experiências de resistência nos países latino-americanos contra o imperialismo político, produtivo e financeiro do capital. Por essa via, respondendo às acusações de antidemocracia dos setores conservadores – por que não dizer retrógrados – a esses movimentos, o autor traça um quadro em que identifica “o esgotamento dos rearranjos ‘pelo alto’, arquitetado pelas classes dominantes, e, desse modo, começando a visualizar o florescimento, no solo latino-americano, de um novo projeto societal de feição mais comunal” (p. 73/4).

A participação do *Brasil no Continente do Labor* mereceu do autor uma parte inteira de seu livro, na qual pôde realizar um apanhado histórico dos principais momentos de investida do capital sobre o trabalho, e especialmente das contrapartidas oferecidas pela classe trabalhadora brasileira ao longo dos períodos de luta. Mereceu atenção especial à atuação do *Partido Comunista Brasileiro (PCB)*, com todos os seus percalços na sua trajetória de organização política dos trabalhadores; os *sindicatos*, abrangendo o trabalhismo de Getúlio, passando pelo *novo sindicalismo* inaugurado com o ciclo de greves de 1978-80, até a guinada neoliberal do sindicalismo; as influências mundiais e as particularidades de 1968 para as lutas sociais no Brasil; e os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital, levada a cabo a partir das décadas de 1980 e 1990, no que diz respeito tanto ao desemprego, então tornado estrutural, quanto às formas de organização política dos trabalhadores nos sindicatos.

Por fim, Antunes traça um panorama geral do sindicalismo na América Latina hoje, a partir das principais centrais sindicais de Argentina (Confederación General del Trabajo – CGT), Bolívia (Central Obrera Boliviana – COB), Brasil (Central Única dos Trabalhadores – CUT – e Força Sindical), Chile (Central Unitaria de Trabajadores – CUT), Colômbia (Central Unitaria de Trabajadores – CUT), Cuba

(Central de Trabajadores de Cuba – CTC), México (Confederación de Trabajadores de México – CTM), Peru (Confederación General de Trabajadores del Perú – CGTP – e Confederación de Trabajadores del Perú – CTP), Uruguai (Plenario Intersindical de Trabajadores/Convención Nacional de Trabajadores – PIT/CNT) e Venezuela (Confederación de Trabajadores de la Venezuela – CTV – e Unión Nacional de los Trabajadores). Ressalta os principais avanços e desafios na construção desses mecanismos de representação, bem como suas limitações para a construção de um projeto que rompa com a sociedade do capital.

Para concluir, o legado deixado pela obra de Ricardo Antunes é de grandiosíssima importância teórico-político-analítica para os que pretendem compreender melhor a gestação da classe trabalhadora do *Continente do Labor*, isto é, buscar as raízes históricas de sua constituição para situar a *nova morfologia* da classe trabalhadora em suas particularidades. Lançar um olhar para o trabalho na América Latina é captar não apenas o processo de subordinação dos seres sociais que trabalham à lógica incontrolavelmente destrutiva do capital, mas também entender a formação sócio-histórico-geográfica da América Latina num contexto de subordinação aos países de capitalismo central. Portanto, *O Continente do Labor* se constitui como referência de peso para quem busca ler o conteúdo contemporâneo do tecido social do trabalho na perspectiva de ruptura com a lógica irreformável do capital, inclusive – não obstante a formação sociológica do autor – de um ponto de vista geográfico.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011. 175 pp..

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. 1ª reimpr.. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A Atualidade Histórica da Ofensiva Socialista**. São Paulo, Boitempo, 2011.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI** (Limites explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/inciar.html>>. Acesso: 14 ago. 2009.